

JAIME PIMENTEL JÚNIOR

RAFAEL FRANCISCO MARCONDES DE MORAES

POLÍCIA JUDICIÁRIA E  
A ATUAÇÃO DA DEFESA NA  
INVESTIGAÇÃO CRIMINAL



**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Júnior, Jaime Pimentel

Polícia judiciária e o direito de defesa na investigação criminal / Jaime Pimentel Júnior, Rafael Francisco Marcondes de Moraes. – 1. ed. – São Paulo : Editora Verbatim, 2017.

**Bibliografia**

1. Defesa (Processo penal) - Brasil 2. Direito de defesa 3. Estado de Direito 4. Estado democrático 5. Inquérito policial - Brasil 6. Investigação criminal - Brasil 7. Polícia judiciária I. Moraes, Rafael Francisco Marcondes de. II. Título.

16-00110

CDU-343.123.1(81)

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Brasil : Inquérito policial : Direito processual penal 343.123.1(81)

ISBN: 978-85-8399-037-6

**EDITOR:** Antonio Carlos Alves Pinto Serrano

**CONSELHO EDITORIAL:** Antonio Carlos Alves Pinto Serrano, André Mauro Lacerda Azevedo, Fernando Reverendo Vidal Akaoui, Fulvio Gianella Júnior, José Luiz Ragazzi, Hélio Pereira Bicudo, Luiz Alberto David Araujo, Luiz Roberto Salles, Marcelo Sciorilli, Marco Antônio Moreira da Costa, Marilena I. Lazzarini, Motauri Ciochetti Souza, Oswaldo Peregrina Rodrigues, Roberto Ferreira Archanjo da Silva, Silvio Gabriel Serrano Nunes, Suelli Dallari, Vanderlei Siraque, Vidal Serrano Nunes Júnior, Vinicius Silva Couto Domingos.

**ASSISTENTES EDITORIAIS:** Bárbara Pinzon de Carvalho Martins e Klaus Prellwitz

**CAPA E DIAGRAMAÇÃO:** Manuel Rebelato Miramontes

Direitos reservados desta edição por

**EDITORA VERBATIM LTDA.**

Rua Zacarias de Góis, 2006

CEP 04610-000 – São Paulo – SP

Tel. (0xx11) 5533.0692

www.editoraverbatim.com.br

e-mail: editoraverbatim@editoraverbatim.com.br

1144381

# Sumário

Prefácio .....	9
Apresentação .....	11
1. Polícia judiciária e o direito de defesa na investigação criminal .....	15
2. Lei Federal nº 13.245/2016 e a democratização da investigação criminal.....	35
3. Direito de examinar autos de investigação e extração de cópias (EOAB, art. 7º, XIV).....	39
3.1. Princípios do devido processo legal, do contraditório e da ampla defesa e a investigação criminal: devida investigação legal.....	42
3.2 Princípio da legalidade: procedimentos investigatórios criminais previstos em lei .....	53
3.3 Auto de prisão em flagrante delito.....	56
3.4 Inquérito policial e indiciamento .....	64
3.5 Termo circunstanciado.....	80
3.6 Verificação da procedência de informações e boletim de ocorrência.....	92
3.7 Apuração de atos infracionais .....	96
3.8 Extração de cópias físicas ou digitais (Estatuto da OAB, art. 7º, XIV, parte final) .....	100
4. Direito de assistência advocatícia em sede de investigação criminal e apresentação de razões e quesitos (EOAB, art. 7º, XXI) .....	103
4.1 O inquérito policial como procedimento inquisitivo-garantista com contraditório possível e a oportunidade de defesa na investigação criminal .....	104
4.2 O inquérito policial como procedimento autônomo e informativo.....	110
4.3 O inquérito policial como procedimento de judicialização compulsória .....	113
4.4 Teoria da nulidade dos atos investigatórios: princípio da proibição de provas ilícitas.....	127
5. Sigilo e procuração para exame dos autos de investigação (Estatuto da OAB, art. 7º, § 10).....	147

5.1. O inquérito policial como procedimento de publicidade restringível..	147
6. Delimitação de acesso a elementos não documentados (Estatuto da OAB, art. 7º, § 11).....	153
6.1. O inquérito policial como procedimento temporário e a investigação eficiente e garantista .....	154
7. Responsabilização em face de impedimento de acesso aos autos de investigação (Estatuto da OAB, art. 7º, § 12) .....	167
Referências Bibliográficas .....	169